

# **“É COMO UM TEATRO!”: A RELAÇÃO ENTRE O ESPAÇO, O USO DAS TECNOLOGIAS E A REALIZAÇÃO DE JULGAMENTOS NO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DO RIO DE JANEIRO.**

Izabel Saenger Nuñez - Universidade Federal Fluminense

[izabelsn@gmail.com](mailto:izabelsn@gmail.com)

Bolsista CAPES

[Transpondo fronteiras entre justiça do crime e dos pobres e justiça das instituições e a política]

Resumo: As varas do Tribunal do Júri do Rio de Janeiro mudaram suas instalações no ano de 2012. Hoje as quatro varas ocupam parte de dois andares do prédio do Foro Central, no Centro do Rio de Janeiro. O plenário onde acontece a sessão de julgamento está localizado no 8o andar, nele ficam os agentes que operacionalizam o sistema de justiça (juiz, promotor, defensor ou advogado e os demais atores que auxiliam a realização das audiências e sessões de julgamento – policiais militares, escrivão). No andar de cima, separados por um imenso vidro, ficam os familiares das partes e todos os interessados a assistir aos atos judiciais. Essa barreira física coloca a audiência no lugar de plateia, cujo telão que projeta as imagens do que acontece no andar de baixo remete para a dimensão do “cinema” como informado pelo policial militar que guarda o acesso ao plenário do 8o andar, ao orientar um familiar de um réu sobre onde deveria assistir a sessão. A separação também é marcada pelo ligar e desligar dos microfones, que transmitem o som para o andar de cima, de modo que nem tudo que é falado pode ser ouvido por quem lá está e esse controle sobre o que é veiculado passa pelas orientações do juiz, que proíbe o operador de som e de câmeras de manter os microfones ligados quando acontecem debates mais acalorados entre acusação e defesa. Não só isso, a distância imposta entre os familiares e réus faz com que as expressões de sentimentos e emoções ganhem uma outra dimensão. É a relação entre o espaço e o julgamento que pretendo discutir no presente trabalho. Como o espaço e os novos aparelhos tecnológicos influenciam no andamento do julgamento e, ainda, como as partes, familiares e agentes do sistema de justiça são por eles afetados? O “lá” e o “aqui” são dois espaços que se encontram no vidro, mudando seu adjetivo, a partir da perspectiva que se adote. Tendo como referência os dois diferentes olhares que me foi possível acessar, tanto da plateia quanto do plenário, pretendo aqui descrever e relacionar os elementos dessa observação de modo a compreender e pensar como o espaço interfere nas relações e afeta, ou não, o processo de julgamento e a produção da verdade judiciária.

## **Introdução**

O presente trabalho, em estágio inicial, traz ideias preliminares para pensar minha tese de doutorado

que se relacionam com a minha entrada em campo e com o lugar onde posso observar o trabalho desenvolvido no Tribunal do Júri. Trata-se de um *paper* em desenvolvimento, no qual pretendo refletir como a organização física do espaço do Tribunal do Júri afeta as relações em campo, assim como o lugar onde a pesquisadora se coloca no campo afeta o resultado da pesquisa produzida. Além disso, pretendo problematizar como os equipamentos tecnológicos aparecem e são utilizados nesse espaço.

As Varas do Tribunal do Júri da Comarca do Rio de Janeiro ficam atualmente localizadas nos andares oito e nove do prédio do Foro Central, no centro da cidade, na Avenida Erasmo Braga, próximo à Praça XV e todo o centro histórico da cidade de São Sebastião. As quatro varas da comarca da capital que antes funcionavam no segundo andar do mesmo prédio, foram transferidas para as novas instalações no ano de 2012, mais precisamente no dia 12 de junho de 2012, para recebê-las foi criada uma nova estrutura física<sup>1</sup> composta de plenários e gabinetes.

Somente os cartórios estão situados na parte antiga do nono andar do prédio, as demais instalações ficam na outra “lâmina” do Fórum, que é a construção mais nova entre os dois prédios que formam o Foro Central. É também no nono andar que se pode ter acesso ao lugar reservado para a plateia, no plenário de cada Tribunal. Cada uma das quatro Varas do Júri tem um plenário exclusivo e, além das sessões de julgamento, as audiências de instrução são também realizadas dentro deles.

A primeira vez que lá estive, no dia em que comecei meu trabalho de campo, me aproximei da recepção do nono andar do Fórum, onde está colocada uma mesa grande em forma semi circular, coberta com tampo de mármore, colocada na entrada da “parte nova” e que, portanto, demarca a separação entre as duas partes, a “nova” e a “velha”. A “parte nova” é visivelmente diferente, suas paredes são de granito e o chão de porcelanato claro e brilhoso contrasta com a parte “antiga”, de piso cinza que apresenta desgastes causados pelo tempo.

Quando me aproximei da bancada que sinaliza a entrada da área reservada aos Tribunais do Júri perguntei ao recepcionista se haveria sessão naquele dia. Ele respondeu que sim, tanto no 1º quanto no 3º Tribunal e que eu poderia assistir onde quisesse, uma vez que são simultâneos. “Começa agora. Está marcado para às 14 horas mas nunca começa na hora, só peço que a senhora não sente na primeira fila”. Não entendi direito o que ele chamava de simultâneo, pois na minha representação, relacionada com a experiência como estudante de direito e pesquisadora no Tribunal do Júri de Porto Alegre, haveria apenas um plenário, utilizado em dias diferentes pelas diferentes Varas do Tribunal do Júri de Porto Alegre. De qualquer modo, perguntei onde ficavam os cartórios

<sup>1</sup> Conforme notícia veiculada no site do Tribunal de Justiça, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <<http://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/home/-/noticias/visualizar/79501>>. Acesso em 28, ago., 2014.

de modo a olhar a pauta do dia. O recepcionista vestido num terno cinza, uniforme dos que trabalham naquela função, naquele local, explicou-me que estavam localizados no corredor ao lado, virando à direita em frente aos elevadores.

Seguindo a indicação, fui até o corredor, imediatamente ao lado, onde estão localizados os cartórios, na “parte velha”, ou seja, na extremidade do prédio que não foi reformada, sem granito e sem porcelanato. No cartório da 3ª Vara do Tribunal do Júri fui atendida no balcão por uma senhora que lá trabalha e informada sobre a pauta do dia. Ao meu lado uma advogada pediu um processo que estava com o juiz e foi orientada pelos funcionários a ir até o gabinete para conversar com a “secretária” e ter mais informações sobre o processo: “Vai lá na parte nova e fale no gabinete que o processo que você quer ver está lá”. Como eu já havia olhado a pauta do mês de julho, decidi seguir a advogada rumo a parte “nova”, sem que ela me convidasse e sem que informasse os meus motivos. A parte nova realmente me surpreendeu. O chão é feito de porcelanato claro e há partes em granito nas cores preto e creme e as janelas consistem em enormes aberturas de vidro fumê de onde se pode ver parte do centro da cidade do Rio de Janeiro, tendo a ponte Rio-Niterói ao fundo. Foi nesse instante que compreendi porque as salas de júri permitem a realização de julgamentos simultâneos, porque existe uma sala de plenário para cada Tribunal do Júri, diferentemente do que havia em Porto Alegre, comarca onde tive o primeiro contato com esse tipo de procedimento penal e onde fiz minha primeira pesquisa de campo no Júri.

No primeiro dia em que lá estive, pude descer até o oitavo andar e por convite do defensor, assisti ao seu lado a realização de uma audiência de instrução e julgamento. A sensação de estar do outro lado do vidro, dentro daquela sala grande e vendo as imagens daqueles que estavam na plateia, onde eu estava inicialmente, foi desconfortável, eu estava dentro do palco, pensando na referência do “teatro” feita pelo policial militar. Palco porque tem câmera, luz, microfones e ação. É ali, naquele espaço, onde o julgamento e as audiências de fato acontecem. O público pode ser visto mas a barreira é mais que simbólica, com a delimitação imposta pelas diferentes entradas e pelos diferentes andares, passou a ser física e sonora, quando os microfones estão desligados.

No presente trabalho pretendo descrever o espaço no qual acontecem os julgamentos dos casos no Tribunal do Júri, levando em conta as duas dimensões, tanto a da plateia quando dos que atuam na realização dos julgamentos (juiz, promotores, defensores e demais agentes), bem como pensar a relação das pessoas com os equipamentos como seus usos interferem na produção da verdade judiciária. Assim, primeiro descreverei o lugar onde acontecem os julgamentos do III Tribunal do Júri; em seguida, tratarei do espaço onde ficam aqueles que vão ao Fórum assistir os julgamentos; na terceira parte, tratarei das relações que se estabelecem no espaço destinado aos agentes; por fim, tratarei da relação dos agentes com os equipamentos tecnológicos.

## **1. Descrição do espaço onde funciona o Tribunal do Júri da Comarca da Rio de Janeiro**

As salas onde ocorrem as sessões plenárias e as audiências de instrução e julgamento têm dupla entrada: uma pelo oitavo andar, para as partes, juiz, promotores e defensores e, outra para o público, no nono andar, que forma a plateia e fica numa outra sala, separada do plenário por vidros, localizada acima do plenário “como se fosse um teatro” disse o policial militar que faz a segurança do local, ao orientar familiares que queriam assistir à sessão. Chamarei as duas salas de “plenário” (esta, que fica localizada no 8º andar) e de “platéia” a que fica localizada no nono andar, para tentar facilitar a compreensão da descrição.

A referência do segurança, talvez deva-se ao fato de que dentro do plenário existe um telão, visualizado facilmente por todos que estão na plateia, e que transmite tudo que acontece no andar de baixo, no plenário. Há também microfones que reproduzem os sons para a sala onde está a assistência. Os que estão lá para assistir não podem sentar na primeira fileira porque “sentar aquela distância ameaça a segurança dos jurados”, que podem ser vistos por quem está assistindo, mas mesmo nos dias de audiência de instrução e julgamento, quando não há jurados presentes, não se pode sentar na fileira mais próxima aos vidros. Quando há jurados, nas sessões plenárias, eles ficam de costas, próximos ao espaço onde está o público. O réu fica de lado para o público, mas quando é interrogado ele pode ser visto no telão, quando ele é filmado lateralmente. O local onde sentam testemunhas para depor e réus para serem interrogados fica voltado para o juiz, de costas para o público. Os jurados, entretanto, não podem ser vistos por todos.

No telão, afixado dentro do plenário são transmitidas as imagens de todos que sentam para depor, sejam as testemunhas ou o réu, quando do seu interrogatório. Existe uma câmera fixada na parede lateral do plenário, que os filma lateralmente. Durante os debates o telão transmite a imagem da parede, uma vez que a câmera é fixa. Existem microfones nas mesas do juiz, do promotor e da defesa, que podem ser ligados e desligados por eles e são controlados por um operador de áudio. O operador, tem uma sala ao fundo da plateia, ou seja, no andar do público, de onde ele controla a câmera, os áudios e as gravações.

Além dessa estrutura existe uma série de salas que compõem esses espaços. No oitavo andar cada tribunal tem a sua própria cozinha, salas de espera separadas, para as testemunhas de defesa e acusação, além de banheiros, sala secreta e sala de estar para os jurados. Ao entrar na porta que leva ao plenário passa-se antes por uma cozinha, dois banheiros à esquerda e a entrada da sala secreta à direita. Ao lado da sala secreta, separada por uma divisória, existe uma sala de estar, onde os jurados fazem seus lanches e aguardam o início dos julgamentos. A cozinha tem sempre uma “copeira” que prepara o café e, nos dias de julgamento, também organiza a alimentação dos jurados,

aquece a comida, os serve, prepara a sobremesa e volta e meia adentra ao plenário para servir os jurados de água e café, além do juiz, promotor e defensor.

Na parte de trás do plenário ficam as celas onde os réus que aguardam as audiências e os julgamentos ficam presos. Cada tribunal tem as suas celas. Além delas, existe a carceragem do Foro Central, localizada no andar térreo, os presos são trazidos dos presídios, levados para a carceragem e posteriormente sobem para o oitavo andar, onde aguardam até serem chamados. Há um grupo de policiais militares que fica responsável por fazer toda essa movimentação dos presos e acompanhá-los até o plenário, onde ficam sob vigilância, sempre algemados. As algemas são retiradas somente no momento do interrogatório, ou quando vão depor como testemunhas de algum caso.

Além das celas, no oitavo andar existem as salas de espera das testemunhas, que têm banheiros e são separadas entre testemunhas de defesa e acusação. As testemunhas aguardam no corredor até o início da audiência do caso em que foram arroladas e são dirigidas a essas salas somente enquanto aguardam o depoimento das demais testemunhas do caso, para que não ouçam o que será falado. Assim, em dias de audiência o corredor que passa por trás de todo esse espaço costuma ficar lotado com a presença daqueles que irão depor, que aguardam as vezes por várias horas até serem chamados para a realização do procedimento. Costumam ser marcadas em torno de dez audiências por dia, todas às 13 horas, o que torna imprevisível o horário de início de cada caso, podendo a testemunha só ser chamada no início da noite. Nos corredores do Fórum passam vendedores ambulantes credenciados, vestidos de jaleco branco, vendendo sanduíches, bebidas e outros produtos alimentícios. A imprevisibilidade do horário em que serão chamados de certa maneira impede que saiam do espaço para alimentarem-se. No corredor há banheiros. No mesmo andar existem dormitórios que podem ser utilizados caso os julgamentos se estendam por mais dias, uma vez que os jurados devem ficar no Fórum caso isso aconteça. São sete dormitórios e vestiários utilizados pelos funcionários. Ao sair do elevador central, até chegar na porta do plenário, o emaranhado do corredor faz com o que transeunte passe por todo esses espaços até chegar na porta que dá acesso ao plenário.

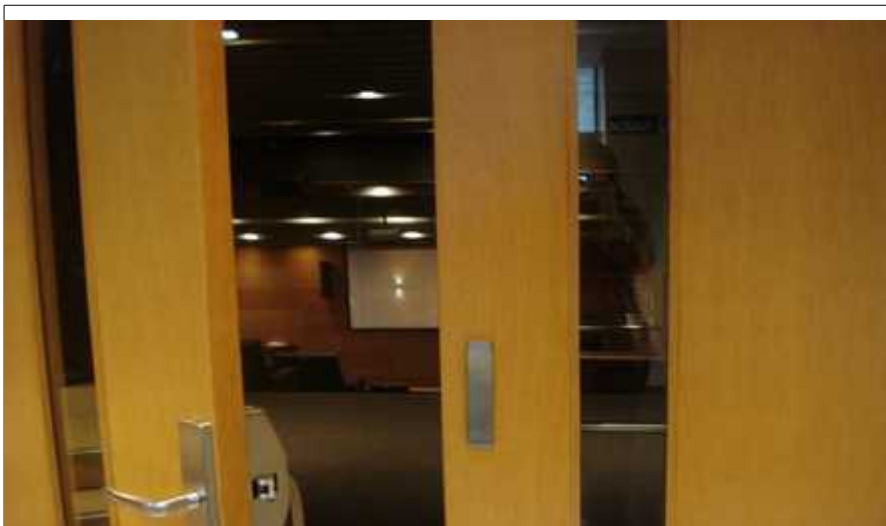
## **2. O lá e o aqui ou aqui e lá**

Conforme descrito, fica estabelecida uma barreira física entre aqueles que estão no lugar reservado à plateia e aqueles que “fazem” o julgamento acontecer. Em cima ficam os familiares das vítimas e réus, assim como todos os demais interessados em assistir o julgamento. No andar de baixo, estão juiz, promotor, advogados ou defensor e seus assessores, bem como os guardas e o oficial de justiça. O réu e as testemunhas também estão nesse lado. As testemunhas, entretanto, depois de apresentadas em plenário, são isoladas em uma sala reservada criada para este fim, até

serem chamadas para depor. O réu permanece em plenário, salvo quando são dados intervalos ou quando a testemunha pede para não depor em sua presença. O “lá” e o “aqui” são esses dois espaços que se encontram no vidro, mudando seu adjetivo, a partir da perspectiva que se adote. Tendo como referência os dois diferentes olhares que me foi possível acessar, tanto da plateia quanto do plenário, pretendo aqui descrever e relacionar os elementos dessa observação de modo que se possa compreender como o espaço interfere nas relações e na produção da verdade judiciária.

### **2.1. O júri visto da plateia: quando o aqui é a plateia e o lá é o plenário**

Na plateia, localizada no nono andar do prédio, conta com em torno de 90 lugares organizados em 6 fileiras, há duas portas de entrada, separadas pelo espaço reservado para imprensa e a sala de áudio e vídeo, que tem um operador, presente em todas as sessões plenárias e audiências de instrução e julgamento. Aquele que chega para assistir à sessão entra em uma das portas e encontra os noventa lugares, nos quais pode se sentar para assistir ao julgamento.



*Imagem 1: Porta que dá acesso à platéia*

A primeira fileira, conforme orientação do juiz, não deve ser ocupada, para “resguardar, por conta de que ficam debruçados, mas quando está muito cheio, pode sentar”. As pessoas acomodam-se em grupos e costumam sentar próximo ao vidro, na segunda ou terceira fileiras, ficando sempre demarcado o espaço, quando presentes, dos familiares da vítima e do réu.

Nesse espaço não se pode comer nem beber, tampouco é permitido o uso de celulares, sendo tarefa dos seguranças do Tribunal, que circulam nos quatro plenários solicitar que os aparelhos sejam desligados, caso percebam alguém fazendo uso de tais equipamentos. Além disso, trata-se de um local vigiado pelo juiz, do outro lado do vidro. Certa vez o guarda chamou a atenção de pessoas que colocaram os pés sobre a poltrona da frente, informando como devem portar-se dentro do

tribunal. Os que adormecem na plateia também são convidados a se retirar tanto pelo guarda, quanto pelo juiz, como quando uma senhora presente na plateia, que esperava pela audiência do sobrinho e, em razão do uso de medicamentos, adormeceu, sendo solicitado que deixasse o plenário. Em outra oportunidade o juiz pediu que um senhor que dormia se retirasse da sala pois estava “faltando com o respeito” durante ao julgamento. Esse controle diz muito sobre o que se espera no local, ao mesmo tempo que fala sobre as pessoas que ficam daquele lado do vidro. Salvo os estudantes de direito, “estagiários” que precisam assistir as audiências para cumprir as exigências da faculdade, são pessoas que pouco ou nada sabem do funcionamento do judiciário, seus ritos e procedimentos.



É na plateia que ficam os familiares das vítimas e dos réus, fazendo com que aquele seja o local por excelência onde se dão as manifestações das emoções, dúvidas e questionamentos sobre o julgamento. Estando ali, presenciei manifestações de amor, ódio, revolta e dúvida: amor, quando o, o irmão de um réu preso demonstrou sua apreensão ao longo do julgamento do irmão e, ao vê-lo entrar no plenário, bateu com a mão direita fechada no peito, do lado esquerdo, duas batidas sobre o coração; ódio e revolta, como a vez em que o familiar de um preso, ao me ver tomando notas, gritou em meio a todos que “pesquisadora não devia estar no julgamento do meu filho”; a última, a dúvida, mais frequente, aparece quando, também ao tomar notas, fui confundida com os estagiários de direito, e questionada sobre o proceder da audiência, demonstrando o desconhecimento dos que



ali estavam, sobre o funcionamento do judiciário.

A plateia é o lugar da expressão obrigatória dos sentimentos (Mauss, 2009), da manifestação das emoções dos que são afetados indiretamente pelo processo, que não são parte do julgamento, mas que participam do percurso processual, seja representando a vítima, a dor da perda ou acompanhando o julgamento do réu, é lá que se vibra, que se grita e que se sente.

## **2.2 O júri visto do plenário: quando o aqui é o palco e o lá é a plateia**

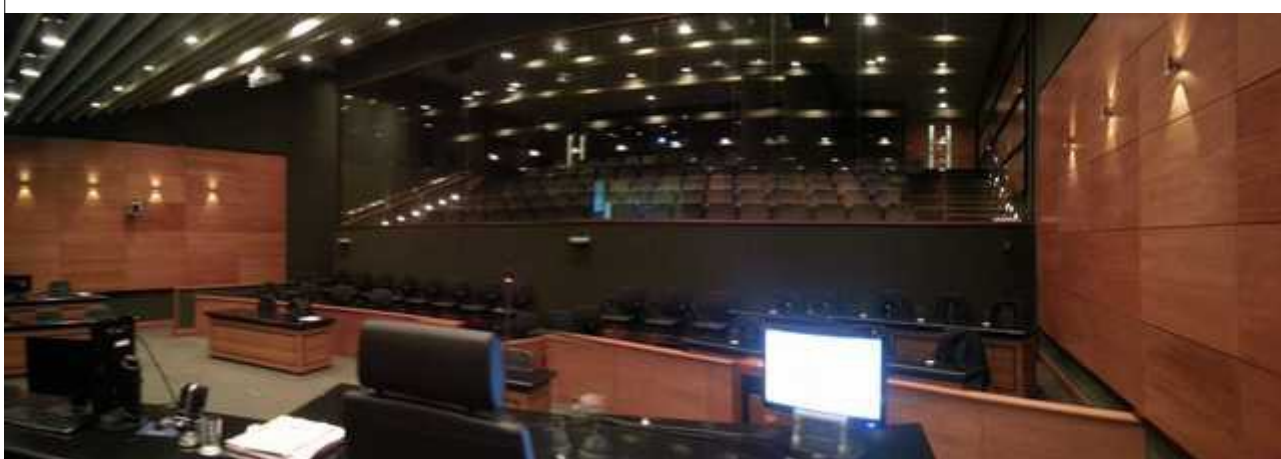
Do outro lado do vidro está o lugar no qual o julgamento acontece, ou seja, onde, seguindo a analogia do teatro, é o “palco”, o espaço onde juiz, promotor e defensor ou advogado fazem o julgamento acontecer. Nesse espaço não se depende de microfones para compreender o que está sendo falado e se pode acompanhar melhor a execução dos atos processuais, embora o ligar e desligar dos microfones seja controlado também, a sensação de não saber o que está acontecendo é reduzida, uma vez que posso acompanhar o que está sendo feito.

O espaço se define de modo que há um afastamento entre as partes e as pessoas que ali estão: juiz, promotor e defensor ou advogado. Todos têm os seus lugares previamente definidos e alterar esses lugares, além de muitas vezes não ser permitido, quando o é, causa certo desconforto. Quem chega para prestar depoimento ou para acessar o espaço passa por duas portas; a primeira do corredor para parte interna do 4º Tribunal do Júri (nesse trecho passam pela cozinha e os banheiros ficam localizados à esquerda, assim como pela sala secreta, localizada à direita) até chegar à segunda porta, que dá acesso ao plenário.

Juiz, promotora e escrivão, ficam sentados num estrado mais alto, um semi círculo localizado no canto direito da sala, de frente para a plateia. Atrás deles estão uma grande cruz, de mais de um metro e meio, assim como as bandeiras do estado do Rio de Janeiro e do Brasil. À sua frente, ficam as duas bancadas e as cadeiras destinadas aos jurados, onde sentam os sete selecionados para a sessão de julgamento do dia, sendo quatro na fileira de trás e três na fileira da frente, estes ficam de costas para o público, não sendo possível vê-los da plateia, a não ser quando entram ou quando saem do plenário. Entre os jurados e o juiz, está a mesa destinada às testemunhas e ao réu, quando depõem, no caso das testemunhas ou quando são interrogados, no caso dos réus. Esta mesa, assim como as mesas do juiz, do promotor e da defesa conta com um microfone de mesa, que é ligado e desligado pelos agentes, além de ser controlado pelo operador de áudio.

Como se vê na foto panorâmica acima o juiz tem controle sobre o espaço, podendo ver os que estão sentados na plateia, assim como todos os que estão presentes no plenário. É o juiz que tem autoridade para pedir que os presentes se retirem, é ele que autoriza entradas e saídas do plenário,





*Imagem 1: Vista panorâmica da mesa do juiz*

assim como é ele que “mantém a ordem” do plenário, dos assistentes e dos participantes.

A defesa fica ao lado esquerdo de quem acessa o plenário, de lado para a plateia, tendo uma mesa com dois computadores à sua disposição. Em frente a defesa é o lugar reservado ao réu, de onde o réu se levanta somente para o interrogatório, oportunidade em que senta diante do juiz para que sejam feitas perguntas a ele. Durante o seu interrogatório, a imagem o réu, que é filmado lateralmente, é exibida no telão e o som é transmitido nas caixas de som que estão localizadas tanto no plenário quanto na plateia.

Eu fui autorizada pelo juiz a acompanhar as sessões e as audiências no espaço onde os jurados permanecem aguardando o sorteio, antes de serem selecionados para a composição do conselho de sentença. Deste lugar, fico em frente a porta que dá acesso ao plenário, ao lado dos jurados que são selecionados e próxima ao oficial de justiça, longe do juiz. Como eu, embora lá esteja, nada faço, a não ser tomar nota do que observo, minha presença é notada por aqueles que não estão diariamente em plenário, como os advogados.

Esse é o local por excelência da produção dos discursos que constroem o julgamento, que produzirão, no caso dos julgamentos pelos jurados, a decisão judicial a partir do que é dito em plenário. As moralidades situacionais (Eilbaum, 2012) no que diz respeito ao caso que está em julgamento aparecem nesse espaço. Os valores acionados em cada caso, a maneira e o que se fala pode ser visto da plateia, porém não com a mesma intensidade (e sem controle de som e de imagem) como no andar de baixo.

### **3. O uso de equipamentos pelos agentes do judiciário.**

A relação com os equipamentos tecnológicos se dá de forma permanente, uma vez que os depoimentos colhidos durante a fase de instrução não são mais transcritos, mas gravados. Segundo o secretário do juiz, isso lhe economiza tempo, pois basta juntar as “mídias” nos autos. Assim, quando as partes vão estudar um processo, ouvem o que ficou gravado em audiência, ao invés de ler

a transcrição do ditado pelo juiz e podem pedir que as mídias sejam reproduzidas em plenário, caso uma das testemunhas da fase de instrução não compareça na sessão de julgamento, por exemplo.

Durante a sessão do júri são novamente gravados os depoimentos, porém não ficam registrados os debates travados entre defesa e acusação. O fato de não registrar os debates aponta para a construção da verdade que se dá de forma oral, em plenário, sem que se tenha uma preocupação com o que está nos autos do processo. É o que Kant de Lima (2009) fala sobre a produção da verdade nesse espaço, sem a preocupação do acordo entre o que pode ser prova e o que consequentemente é falado em plenário.

## **Conclusão**

As conclusões que podem sair deste paper são absolutamente preliminares. A primeira delas, de caráter metodológico, diz respeito ao foco da pesquisa que pretendo desenvolver em minha tese de doutorado, se com os familiares das vítimas e réus e o que acontece na plateia ou se com a interação entre os agentes do judiciário e a maneira como eles operacionalizam esse saber e produzem, em plenário, uma verdade. A segunda, diz respeito a forma como os equipamentos tecnológicos são utilizados, se para reforçar a maneira como a administração dos conflitos sempre foi feita ou se para inovar e trazer outras dimensões na solução dos conflitos. Parece que o uso atual só reforça a forma como a justiça é administrada no caso brasileiro. Tal resposta, entretanto, ainda depende de mais pesquisa.

## **Bibliografia**

EILBAUM, Lucia. **"O bairro fala"**: conflitos, moralidades e justiça no conurbano bonaerense. São Paulo: Editora Hucitec, 2012.

MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória dos sentimentos (rituais orais funerários Australianos, 1921). In: MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 2009. p.325 – 339.

KANT DE LIMA, Roberto. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. **Anuário Antropológico**. 2009, v 2, 2010: 25-51.

